

ANALISE HISTÓRICO EDUCACIONAL DO POSITIVISMO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

CAMILA ZANELLA¹

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, POSITIVISMO, REPÚBLICA VELHA.

A República, instituída no Brasil em 1889, trás consigo mudanças em diversas áreas da sociedade: política, social, religiosa e educacional. É a partir daí que ideologias nascidas na Europa seriam aplicadas no Brasil visando o desenvolvimento de um país republicano. Assim, por meio da política seria nutrido um pensamento desenvolvimentista, na busca pelo progresso. Desta forma o que ocorre no Brasil durante os primeiros anos de República iria fundamentar a construção do que se convencionou chamar de Estado Republicano Nacional.

Cabe inicialmente relatar a situação histórica no Brasil no momento da Proclamação da República, já que este vinha de um momento posterior a abolição da escravatura, no qual a sociedade passa de escravocrata para assalariada. Ao mesmo tempo é estimulada a vinda de imigrantes, principalmente italianos e alemães, para trabalhar no cultivo do café e em seguida nas indústrias, iniciadas na segunda década do século XX. Assim a necessidade de mudança governamental, política e administrativa se torna prioritária.

Dentro deste contexto, os ideais Republicanos, segundo Carvalho, “figuravam projetos de aprimoramento estratégico, técnico e conceitual da defesa nacional, de crescimento industrial, de modernização agrícola, de reordenação política, de saneamento e educação”. (1989, p.16-17), esses se fizeram os ideais republicanos para o desenvolvimento do Brasil, para isso, os republicanos usaram como base o positivismo que para Lowy (1989)

¹ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC

fundamentou-se nas bases de que a sociedade humana é regulamentada da mesma forma que as leis naturais, independentes das vontades e das ações humana, são invariáveis, consequentemente o governo e o desenvolvimento também o seriam.

Deste modo, a pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural. (LOWY, 1989, p.36)

Os ideais positivistas chegam ao Brasil antes da Proclamação da República, por volta do ano de 1850, por um grupo de brasileiros que estudavam na França composto em duas facções:

[...] os ortodoxos e os dissidentes. Miguel Lemos e Teixeira Mendes lideravam o primeiro, e um numero de polítiicos com visão monárquica positivista, junto com Luís Pereira Barreto, Tobias Barreto e Silvio Romero lideravam o ultimo, e buscavam em Comte a fundamentação teórica para a República.(2012)²

Apesar de as mudanças necessárias não terem ocorrido, e muito pouco tenha mudado na sociedade e na política após a Proclamação, surgem nas primeiras décadas novos grupos na sociedade brasileira: os industriais e os operários, Miguel (1997) destaca que as reformas educacionais também marcaram o século XX e estavam ligadas com o movimento de modernização da nação, mas essas reformas não representavam uma única vontade a respeito da educação, representavam a nascente necessidade de mão-de-obra alfabetizada para trabalhar como funcionários das indústrias. O contexto dessa necessidade vem junto com a aplicação do dinheiro gerado na agricultura, no qual os cafeicultores transformam o capital agrícola no capital industrial. Para Cruz,

[...] uma incipiente industrialização. Imigrantes e indivíduos que não pertenciam à classe rural dão começo a pequenos estabelecimentos industriais e comerciais e, dos lucros obtidos em seus negócios, ampliam sua ação, dando origem a uma classe que contrapõe sua mentalidade pequeno-burguesa, seu espírito de precavida iniciativa (1988, p. 41).

Os ideais positivistas que embasavam a proclamação da República guia os rumos do Brasil no final do século XIX, e esse ideal se faz através da força militar do exército,

² Informações retiradas do site, acesso em 3/2013.

www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/ordem_e_progresso_imprimir.html

[...] foi sob a influência de Benjamim Constant que a doutrina positivista chegou ao Exército e, depois, à legislação do ensino (para confirmar o que Comte falava sobre a aliança entre os militares e as ideias positivistas: “os militares devem favorecer o avanço do espírito positivo, já que nos últimos três séculos houve uma aliança benéfica entre as pesquisas científicas e os militares” (V. VI, p. 367)” (MESQUIDA, 2011)

Para concretizar a República e seus ideais, nos primeiros anos o país foi governado por militares. O positivismo contribuiu para difundir o ideal republicano. Benjamim Constant que foi professor na Escola Militar, foi o principal pregador do positivismo para os militares. Segundo Carvalho, “Benjamim era o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o preceptor, o mestre, o ídolo da juventude militar. Ele é colocado pelos positivistas ortodoxos, no panteão cívico do Brasil”. (1990 p.41) O primeiro período da República (1889-1894) ficou conhecido como República da Espada³. Para SEYSSEL

[...] a liderança da manifestação doutrinária política no país é de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 - 1891) – formado em ciências físicas e matemática – que ensinava na Escola Normal e na Escola Militar os fundamentos do positivismo à juventude. Com grande prestígio entre os jovens oficiais, ele os conduziu ao movimento republicano. Esses militares se escoravam no positivismo para rejeitar a cultura política imperial, que se baseava nos estudos jurídicos e não nas ciências sociais e naturais; bem como, um instrumento ideal para a formulação das exigências de uma nova forma de autoritarismo a legitimar os interesses da corporação. (2012)

Assim, as ideias positivistas que destacam as leis naturais desenvolveram a concepção de coisas invariáveis e independentes da vontade humana. Desta forma a aplicação desse conceito vai ser transformado em lema da sociedade brasileira estampado na bandeira, “*Ordem e Progresso*”. SEYSSEL descreve que “*“O progresso exige ordem, sob a pena de cair na anarquia. E a ordem leva naturalmente ao progresso.”* É como uma equação matemática, ou uma equação intelecto-filosófica fundamentada numa razão matemática empírico analítica” (2012). Assim a sociedade estava começando a ser estruturada nos moldes do positivismo comteano, tanto política como socialmente.

Segundo Constant

³Ficou assim conhecida, pois durante os primeiros anos do governo Republicano no Brasil, os presidentes foram dois militares, primeiro Deodoro da Fonseca e depois Floriano Peixoto, por isso o período de 1889 à 1894 fica conhecido como República da espada.

[...] o legislador não completa sua obra quando torna o povo tranqüilo. Mesmo quando esse povo está contente, ainda resta muita coisa a fazer. É preciso que as instituições terminem a educação moral dos cidadãos. Respeitando seus direitos individuais, protegendo sua independência, não perturbando suas ocupações, devem, no entanto, consagrar a influência deles sobre a coisa pública, chamá-los a participar do exercício do poder, através de decisões e de votos, garantir - lhes o direito de controle e vigilância pela manifestação de suas opiniões e, preparando - os desse modo, pela prática, para essas funções elevadas, dar - lhes ao mesmo tempo o desejo e a acuidade de executá-las.(1985, p. 25),

Para que o povo pudesse ter uma educação moral e votar, para consagrar a democracia, se fazia necessária a implantação de subsídios para o letramento da população, já que a constituição de 1891 promulgou a participação nas votações apenas para homens alfabetizados, e no Brasil apenas uma pequena parcela da população era alfabetizada, Na maioria das vezes aquela parcela que tinha mais interesse na industrialização, no comércio e na mudança política brasileira, a elite. Assim a sociedade brasileira deveria ser educada moralmente nas concepções positivistas, e a escola neste contexto constrói os alicerces para a introdução dessas concepções no âmbito social e trabalhista.

Para Miguel (1997), a escolarização torna-se um meio para entrar no mercado de trabalho, e desenvolver a sociedade urbana social, assim o domínio básico da leitura e da escrita, hábitos de higiene, formação moral alicerçadas na disciplina e no trabalho, e dentro desta concepção se organizavam o sistema escolar. Neste contexto a educação pública cultivava a família e a pátria, fazer de cada brasileiro um cidadão consciente de seus deveres cívicos.

Como para Comte, no pensamento positivista de Comte, não cabe contestar os fatos sociais, políticos e morais, estes ficam envolvidos com o trabalho e o cuidado para que a vida social se mantenha em ordem. Desta forma sem questionamentos o governo pode desenvolver seus ideais dentro de seus planos. Mesquita(2011) destaca que,

O homem não intervém na sociedade. A natureza se encarrega de impulsionar a sociedade na direção de sua realização. Nessa evolução natural em direção à fase positiva, os males sociais, tais como a fome, a miséria, a pobreza, devem ser vistos como naturais. Qualquer tentativa de mudar a ordem das coisas através da ação humana, significa uma intromissão inadmissível na evolução natural da sociedade.

Assim segundo Carvalho, após o controle militar o Brasil passa a ser governado pela oligarquia agrícola, a qual mantinha seus interesses com base em ligações políticas, eleições fraudulentas e repressão popular, e as classes média e baixa da sociedade se mantinham no trabalho agrícola e industrial, sem direitos e sem condições consideráveis de vida. A proclamação da República mudou o cenário governamental, mas o contexto social de exploração continuou o mesmo. Para Carvalho “nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los”(1989, p.9)

Com a aprovação da Lei Saraiva em 1881, os analfabetos passam a ser excluídos do voto. Segundo Saviani a ideia inicial era “estimular o interesse público pela instrução; e em consequência, os governos iriam agir de forma mais decisiva investindo na abertura de escolas” (2008, p. 164). Portanto para a introdução de escolas no Brasil também seguiu o ideal republicano e se instituiu conceitos positivistas no ensino Brasileiro,

Durante todo o período da Primeira República, parece terem sido os positivistas quem ‘pensaram’ a Educação e efetivaram as reformas educacionais, em nível nacional. Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, entre 1890 e 1891, realiza a reforma do ensino primário e secundário. (MAGALHÃES, 2012 p.3)

Assim, o parlamento inclui na Constituição de 1891 as atribuições referentes à educação. No capítulo IV diz o seguinte:

Art.35- 2. Animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, privilégios que tolham a ação dos governos locais;
3. Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;
04. promover a instrução secundária do Distrito Federal;
(Campanhole&Campanhole, 1981, p 574-576)

A Constituição estipulou o que de responsabilidade do governo federal e dos estados. Assim o governo federal ficaria responsável pelo ensino secundário e superior e o ensino primário ficaria a cargo dos governos Estaduais.

O Decreto nº 667 de 16 de agosto de 1890 criou o *Pedagogium*, concebido para ser o futuro “centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a educação nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional”. Ele deveria ter: museu pedagógico, laboratório para estudo

prático de Ciências Físicas e História Natural, cursos científicos, direção de uma escola primária modelo (para a experimentação de processos, métodos, modos e formas de ensino), publicação de uma Revista Pedagógica, etc. (DELANEZE, 2007, p. 19)

Na Constituição elimina-se o voto censitário, mas incluiu a impossibilidade de analfabetos votarem, o que na Primeira República, era de certa forma uma medida que proibia os mais desfavorecidos de participarem das eleições, já que somente a elite tinha a possibilidade de estudar, estudavam no exterior ou nos poucos colégios implantados no Brasil. Além disso, o governo brasileiro delegou aos Estados a implantação do ensino primário, já que não se responsabilizou por esse nível da educação. Portanto só frequentava o ensino disponibilizado pelo estado aqueles que já eram letrados, já que em muitos lugares o ensino primeiro não era desenvolvido.

Em 1872, votantes e eleitores, excluída a exigência de alfabetização só imposta pela Lei Saraiva (1881), atingiram 1 milhão e 100 mil, 11% da população. Na primeira eleição direta (1881), compareceram 96.411 eleitores, para um eleitorado de 150.000, menos de 1,5% da população e menos de 1%, se considerados os eleitores comparecentes. O regime republicano extingue o sistema censitário, mas mantém o capacitário, com a exclusão, agora definitiva, dos analfabetos. Em 1898, a primeira eleição presidencial com o comparecimento de todos os Estados, os eleitores sobem a 462 mil, num incremento de 300% sobre 1886. Ainda assim a proporção será de 2,7% sobre a população. Daí por diante só a eleição de 1930, a única que leva mais de um milhão de eleitores às urnas, atingirá o percentual de 5,7%. Entre 1898 e 1926, os números oscilam entre 3,4% e 2,3%, num ciclo mais descendente do que estável. A tendência impressiona-se se tem em conta que a população alfabetizada se projetou de 14,8% em 1890 para 24,5% em 1920. A República Velha continua, sem quebra, o movimento restritivo da participação popular. A política será ocupação dos poucos, poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas (Faoro, 2000: 241).

Assim a instalação de um ideal educacional positivista construiria o caráter e o sentimento nacional da população, para Cavazotti “foi invertida a ordem do processo e instalada a República antes da formação moral republicana, urge corrigir essa afoiteza, concentrando todos os esforços na reforma educacional” (1997, p.95). Para essa elite intelectual republicana a população só deixaria de ser súdita para ser cidadã se dominassem aspectos culturais e científicos para a participação na sociedade. A escola estaria construindo as bases para a cidadania.

Desta maneira, angariando para si as consciências das classes privilegiadas, a doutrina positivista se propaga nas escolas, influenciando os jovens que possuíam, até então, uma cultura mais literária do que científica, até porque, naquele período

histórico da nação, somente os militares, médicos e engenheiros se aprofundavam nos estudos científicos. (SEYSSEL, 2012. p.6)

A reforma Benjamin Constant, introduzida no ano de 1890, estabelecia o ensino de estudos literários e matérias científicas, estabelecidos dentro de uma escola seguindo o modelo europeu com valorização do ensino humanístico. Delaneze (2007, p. 18) destaca os decretos estabelecidos em 1890 na Reforma Benjamin Constant,

Decreto nº 337 A – 05/05/1890 Organiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.
Decreto nº 407 – 17/05/1890 Aprova o regulamento para a Escola Normal da Capital Federal.
Decreto nº 408 – 17/05/1890 Aprova o regulamento para o Instituto Nacional dos Cegos.
Decreto nº 540 A – 01/07/1890 Cria o lugar de preparador da 1ª cadeira do 1º ano do curso de Ciências Físicas e Naturais da Escola Politécnica.
Decreto nº 667 – 16/08/1890 Cria o <i>Pedagogium</i> .
Decreto nº 668 – 18/08/1890 Declara o modo como deve ser conferido o grau de bacharel nas faculdades de Direito da República.
Decreto nº 856 – 13/10/1890 Aprova o regulamento para a Biblioteca Nacional.
Decreto nº 859 – 13/10/1890 Cria no observatório do Rio de Janeiro uma Escola de Astronomia e Engenharia Geográfica.
Decreto nº 934 – 24/10/1890 Dá novo regulamento ao Instituto Nacional de Música.
Decreto nº 980 – 8/11/1890 Dá novo regulamento ao <i>Pedagogium</i> da Capital Federal.
Decreto nº 981 – 8/11/1890 Aprova o regulamento da Instrução primária e secundária do Distrito Federal.
Decreto nº 982 – 8/11/1890 Altera o regulamento da Escola Normal da Capital Federal.
Decreto nº 983 – 8/11/1890 Aprova os estatutos para a Escola Nacional de Belas-Artes.
Decreto nº 1036 A – 14/11/1890 Suprime a cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos do Recife e de São Paulo.
Decreto nº 1073 – 22/11/1890 Aprova os estatutos da Escola Politécnica.
Decreto nº 1075 – 22/11/1890 Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.
Decreto nº 1232 F – 02/01/1891 Confere aos ginásios particulares, equiparados ao Ginásio Nacional, a validade dos exames preparatórios realizados naqueles institutos.
Decreto nº 1232 G – 02/01/1891 Cria o Conselho de Instrução Superior da Capital Federal.
Decreto nº 1232 H – 02/01/1891 Aprova o regulamento das instituições de ensino jurídico dependentes do MIPCT.
Decreto nº 1258 – 10/01/1891 Dá novo regulamento à Escola de Minas de Ouro Preto.
Decreto nº 1270 – 10/01/1891 Reorganiza as faculdades de Medicina do país.

Todos os decretos surgiram para implantar o que foi atribuído na Reforma Benjamin Constant, esses decretos destacam a necessidade do ensino dando ênfase ao conhecimento das grandes realizações da humanidade sem contestação, apenas aprender os fatos, para Soares (1989, p.29)

[...] advoga um conhecimento positivo, comandado por leis positivas. A ciência vai adquirir um papel messiânico e temporizador das questões sociais: a ordem não é mais solução teologicamente elaborada, mas a aplicação técnica das leis cientificamente elaboradas que

regem o humano e o social neste momento. Tem-se, então, a construção positiva da ciência social.

Neste contexto observamos que os primeiros anos de República no Brasil foram para estruturar as bases de um governo republicano dentro de ideais positivistas, apesar da preocupação com a educação e a instalação de reformas para a educação nacional, que também tiveram caráter positivista, essas mudanças não mudaram as características sociais brasileiras. Com intenção de preparar a moral republicana e a instrução pública a escola é transformada no contexto positivista,

A fim de melhor guiar a vida real, esta fórmula universal do positivismo se decompõe em duas divisas usuais – uma moral e estética: “*Viver para outrem*”, ou seja, subordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade; e outra política e científica: “*Ordem e Progresso*”, isto é, organização, cada coisa em seu devido lugar para perfeita orientação ética da vida social.

Na dialética positivista, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e reconduz o amor. (Ribeiro, 1998, p.29)

Dentro da concepção positivista os conceitos de moral, família, religião, pátria e propriedade eram pressupostos básicos para a sociedade, justificando assim um dualismo fundamentado no capitalismo. Assim o professor repassa para o aluno o conhecimento da mesma forma como o pensamento político e social se desenvolvem, como Nunes (1996, p.112) destaca “o sujeito da história é sempre o “herói”, o governante, aquele que se destaca na sociedade de classes. O homem comum não participa da construção do processo histórico”.

Para Nunes (1996) alunos e professores são colocados como seres comuns, portanto não participantes do processo histórico e social, e que as mudanças ocorrem alheias as suas vontades. Foi assim que aconteceu nos principais momentos de mudanças políticas no Brasil, no processo de Independência do Brasil e na Proclamação da República, os homens comuns não fizeram parte dos acontecimentos.

Desta forma os alunos decorram as informações repassadas pelo professor, são alfabetizados e não contestam, pois foram ensinados a apenas escutar e repetir, não entender o porquê, e nem criticar, e educados desta forma atuam na sociedade do mesmo jeito, sem

contestar, sem criticar apenas aceitar. A República para Azevedo “[...] do ponto de vista cultural e pedagógico, não vingou: foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas” (1953, p. 134).

Assim o governo conseguiu manter uma política em que a oligarquia comandava sem questionamento, com um sistema de manipulação dos eleitores. A elite de São Paulo e Minas Gerais consegue manter quase trinta anos de domínio político brasileiro no período que ficou conhecido como política do café com leite. Para Arruda;

havia também uma predominância da prática do favor, do mandonismo e do clientelismo sobre os critérios burgueses de recrutamento e ascensão social, estes últimos baseados no mérito e na competência individual. A própria relação entre os “coronéis” e governadores dos Estados é típica dos entendimentos de cúpula, que deixavam a maioria da população e até mesmo os eleitores à margem dos acontecimentos. (2007, p.165)

A oligarquia agrária se mantém dominante com a ajuda das fraudes nas eleições, e da doutrinação moral da população, com essas bases se instalou a República no Brasil.

Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o *bico de pena* e a *degola* ou *depuração*. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento dos poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final (Leal, 1997: 255-6).

Nessa nascente República a participação dos imigrantes também se torna importante. Depois da abolição o trabalho nas fazendas de café passa a ser feito pelos imigrantes que chegaram ao Brasil em grandes levas. Ao chegarem ao país não traziam apenas sua força de trabalho, mas também suas regras e seus costumes. Esses novos trabalhadores criavam suas colônias nos moldes europeus, casas, comida, escolas e para essas traziam professores. A grande maioria dos imigrantes chegava ao país alfabetizada, portanto sabia da necessidade de alfabetizar seus filhos.

Assim os primeiros anos da República no Brasil foram tempos de mudanças, não grandes mudanças sociais, mas sim políticas e governamentais, para as quais, a elite agrária utilizava o governo para dar continuidade aos seus interesses. Desta forma as transformações educacionais e sociais vinham contribuir para o desenvolvimento do poder governamental dos grandes latifundiários, apesar de surgir novos grupos na sociedade brasileira, essa situação só vai ganhar novos rumos em 1930 com a Revolução.

Durante o governo de Getúlio Vargas as ações do Estado vão privilegiar principalmente a formação moral e política para um cultivo da memória nacional e uma construção da identidade nacional, Bittencourt descreve que,

Três pilares alicerçavam a unidade nacional brasileira: unidade étnica, unidade administrativa e territorial e unidade cultural. Os eixos em torno do qual os programas se estruturavam tinham significados relacionados à formação do Estado Nacional: a formação do “povo brasileiro”, a organização do poder político e a ocupação do território brasileiro.(2002,p.36)

Como consequência desta política os programas e os livros didáticos vão enfatizar a formação do ideário nacional, destacando heróis, como estratégia personagens e fatos receberam lugar de destaque na história social brasileira. As reformas Francisco Campos, de 1931, e a Gustavo Capanema, de 1942, só complementaram essa concepção unitarista e nacionalista da política e da educação. Fonseca esclarece que “uma das ideias mais caras a essa perspectiva é a do trabalho em prol do coletivo, o serviço prestado à nação e o sacrifício pela pátria. O discurso sacralizado será, portanto, perfeitamente adequado aos objetivos do Estado” (2006, p.75).

Durante o governo de Vargas a escola é um espaço próprio para o desenvolvimento do civismo, Fonseca continua “conectando a escola e os meios de comunicação, o Ministério da Educação deixava clara a amplitude de suas ações e qual seria o seu direcionamento” (2006, p. 80). A unidade se fazia importante nos setores da sociedade responsáveis pela criação do sentimento nacional, eram assim com os militares, os trabalhadores e as escolas. Portanto as visões sociais, econômicas e políticas são vinculadas aos governos, de acordo com seus preceitos ideológicos, e desta forma se faz os processos educacionais no começo da República no Brasil, levando a ideologia positivista para as políticas educacionais e para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, P.F. **Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930)**. *Revista ponto-e-vírgula*, 1: 161-188, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 803 p. esp. Parte Terceira: A transmissão da cultura.

BEHRENS. M. A. **Oparadigma emergente e a prática pedagógica**. / Marilda Aparecida Behrens. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BITTENCOURT. C. (org). **O saber histórico na sala de aula** / Circe Bittencourt (org) 7.ed. – São Paulo: Contexto , 2002.

CAMPANHOLE, A. & CAMPANHOLE, H.LOBO (1981). **Constituição do Brasil**. São Paulo, Atlas.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República No Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República**. 1 ed. Editora Brasiliense. 1989.

CAVAZOTTI, M. A. **O trabalho Republicano de educação Nacional na versão de José Verissimo**. Tese (doutorado) – São Paulo, PUC-SP (1997)

CONSTANT, B. Disponível em:
<<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao7.htm>>. Acesso em:
Março 2012.

CRUZ. C, J. **Pequena história da República**. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1988, p. 41 (1ª ed.: 1968).

DELANEZE, T. **As reformas educacionais de Benjamim Constant (1890-1891) e Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas** / Taís Delaneze. – São Carlos : UFSCar, 2007.

- FAORO, R. (2000). *Os donos do poder*, volume 02. São Paulo: Globo; Publifolha.
- FONSECA, T. N. L. **História & ensino de história** / Thais Nívia de Lima e Fonseca. – 2.ed., 1 reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2006).
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (1997).
- LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise Marxista**. / Miguel Lowy – São Paulo: Cortez, 1989.
- MAGALHÃES, L. D. R.A Educação na Primeira Republica**
<http://proferlao.pbworks.com/f/Livia_D_Rocha_Magalhaes_artigo%2BA%2BEDUCA%25C3%2587%25C3%2583O%2BNA%2BPRIMEIRA%2BREPUBLICA.pdf> acessado em Março de 2012
- MESQUIDA.P. **Positivismo Comteano E Educação**.Curitiba,PPGE,2011. Inédito.
- RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 4ª edição. Editora Moraes, 1982.
- MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Ed. UFPR. Curitiba. 1997.
- NUNES, S. C. **Concepções de mundo no Ensino da História**. – Campinas, SP: Papyrus 1996
- PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: A desqualificação dos pobres*. Estudos Avançados 13 (35), 1999
- RIBEIRO, J. J. **O que é o Positivismo**. Editora Brasiliense (1998)
<<http://pt.scribd.com/doc/6987053/Joao-Ribeiro-o-Que-E-Positivismo>> Acessado em março de 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 2.ed. ver. eampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.- (coleções memórias da educação)
- SEYSSSEL, R. **O Positivismo e a Bandeira Brasileira**, acesso 03/2012
http://www.rickardo.com.br/arquivos/posit_bandbras.pdf.
- SOUZA, M. C. C. **“O processo político-partidário na Primeira República”**, in: MOTA, C. G (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel. (1982).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL